



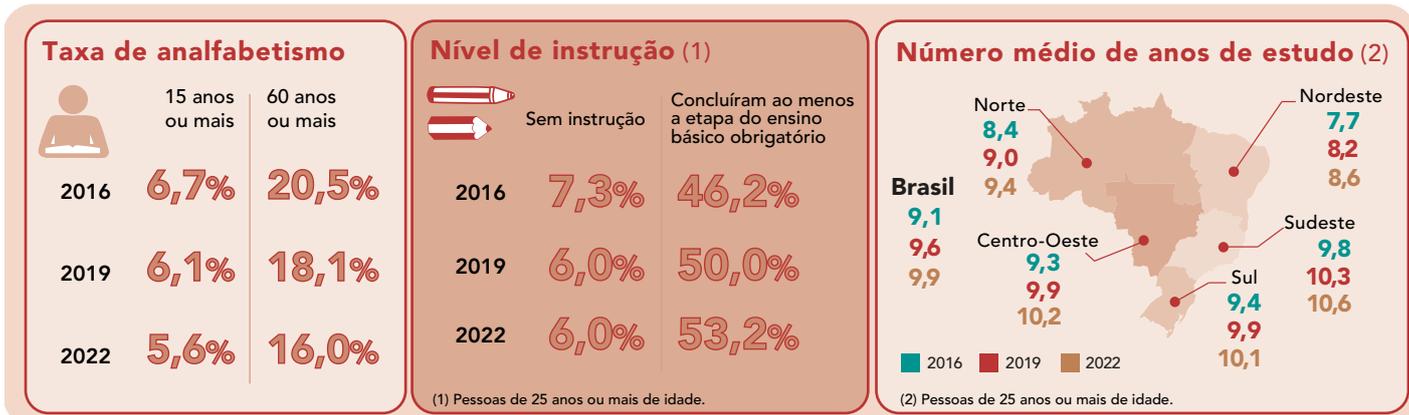
ISBN 978-85-240-4567-7
© IBGE, 2023

Iniciada em 2012, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹ vem, desde então, levantando trimestralmente, por meio do questionário básico, informações sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade. A partir de 2016, foi introduzido na pesquisa o módulo anual de Educação que, durante o segundo trimestre² de cada ano civil, amplia a investigação dessa temática para todas as pessoas da amostra.

Tendo em vista retratar o panorama educacional da população do Brasil, são apresentados os resultados do questionário anual de Educação com referência no segundo trimestre de 2022, assim como algumas comparações com os resultados do mesmo trimestre dos anos anteriores.

Cabe recordar que, em virtude da pandemia de COVID-19 em 2020 e considerando o risco de contaminação pelo coronavírus de entrevistados e entrevistadores, a partir do segundo trimestre de 2020 e até o final do segundo trimestre de 2021, o IBGE alterou a forma

de coleta de dados da pesquisa. Durante esse período, as entrevistas foram feitas exclusivamente por telefone, o que gerou impactos na coleta dos dados e, conseqüentemente, uma redução considerável na taxa de aproveitamento da amostra³. Além disso, deliberou-se apenas pela manutenção da coleta de indicadores básicos de educação e pela suspensão temporária da aplicação do bloco de perguntas sobre educação profissional da PNAD Contínua nos anos de 2020 e 2021 - como forma de reduzir a carga de perguntas de um questionário originalmente construído para entrevistas presenciais e que, emergencialmente, estavam sendo realizadas exclusivamente por meio de telefone. Portanto, devido à ausência das informações do bloco de perguntas sobre educação profissional, o IBGE optou por não realizar as divulgações específicas do suplemento anual de Educação expandida com referência nesses dois anos⁴. Por conseguinte, a série histórica disponibilizada nesse informativo, bem como o plano tabular referente a essa divulgação compreendem os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2022.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

¹ Por decisão editorial, a partir de 2017 a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, na página da PNAD Contínua, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=o-que-e>.

² A fixação da coleta do questionário ampliado em um único trimestre busca garantir que o período de matrículas já tenha ocorrido, e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro.

³ Sobre a mudança na moda na modalidade de coleta durante a pandemia, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Alteração no Calendário de Divulgação da PNAD Contínua em função da pandemia da COVID 19*. Rio de Janeiro, 11 ago. 2020. 2 p. Nota técnica 6 ago. 2020. (atualizada em 11 ago. 2020). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2023.

⁴ Para informações adicionais sobre a suspensão da divulgação dos resultados de 2020 e 2021, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre o módulo anual de Educação em 2020 e 2021*. Rio de Janeiro, 15 ago. 2022. 4 p. Nota técnica 02/2022 (jul. 2022 - atualizada em 15 ago. 2022). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: abr. 2023.

Embora ausentes na série de dados do módulo anual de Educação da PNAD Contínua, os anos de 2020 e 2021 marcaram o cenário educacional brasileiro e mundial e, portanto, na análise dos resultados de 2022 é importante considerar possíveis desdobramentos da pandemia de COVID-19 naqueles anos. Dentre diversos aspectos, o impacto sobre as atividades escolares - sobretudo, dos alunos do ensino básico - é apontado como grande desafio para as políticas educacionais no Brasil nos próximos anos.

Em 2020 e 2021, diversas medidas foram adotadas para o enfrentamento da disseminação do vírus na população, dentre elas o isolamento social. Seguindo as recomendações de autoridades nacionais sobre protocolos de biossegurança⁵, muitos estabelecimentos de ensino adotaram medidas para proteção da saúde de alunos, professores e funcionários dessas unidades, tais como: uso de máscara de proteção, redução do número de alunos em sala de aula ou até mesmos a suspensão das atividades presenciais. Esse conjunto de ações, implementado em caráter emergencial, foi absorvido de forma heterogênea pelas escolas nos Municípios do País, sendo a maioria surpreendida pela necessidade rápida de mudança/adaptação para uma forma de funcionamento para a qual não havia estrutura ou capacitação disponível, principalmente o ensino remoto.

Em 2020, o IBGE lançou a pesquisa PNAD COVID-19 que trouxe alguns indicadores sobre as atividades escolares nesse primeiro ano da pandemia. Contudo, os resultados presentes nesse informativo do módulo Educação da PNAD Contínua 2022 são as primeiras informações disponibilizadas por pesquisa domiciliar do IBGE, após o período mais agudo da pandemia (2020-2021), sendo assim, de grande importância no auxílio da avaliação do sistema educacional brasileiro.

O sistema educacional brasileiro

Para entender o sistema educacional brasileiro, é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), assim como outras leis, decretos, portarias e resoluções que compõem o conjunto normativo da educação no Brasil. Segundo a LDB, a educação escolar é composta pela educação básica e pela educação superior. A educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. Ela pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial⁶ e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, não sendo os dois últimos investigados na PNAD Contínua. Além da educação escolar, a LDB ainda define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Cabe lembrar que, devido às reformas educacionais já ocorridas no Brasil, o atual ensino fundamental equivale ao antigo 1º grau e aos cursos primário e ginásial; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao colegial, em seus cursos científico, clássico e normal; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo.

⁵ Sobre medidas recomendadas para a adoção em escolas, consultar os documentos: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Recomendação n. 061, de 03 de setembro de 2020*. Recomenda que a retomada das aulas presenciais só ocorra depois que a pandemia estiver epidemiologicamente controlada e mediante a articulação de um plano nacional que envolva gestores e a sociedade civil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. 6 p. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1355-recomendac-a-o-n-061-de-03-de-setembro-de-2020>. Acesso em: abr. 2023; e BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica*. Brasília, DF, [2021]. 32 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/GuiaDeretornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

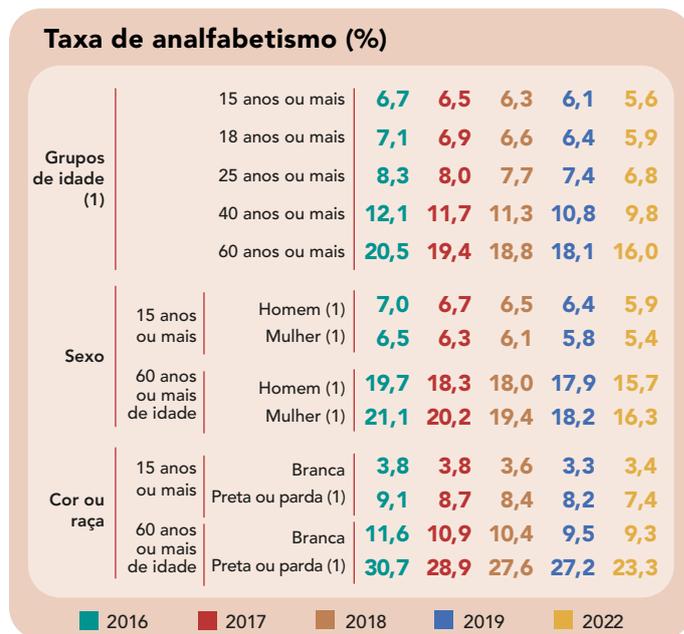
⁶ Modalidade oferecida para o educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação. Na PNAD Contínua, esta modalidade é captada juntamente à educação regular.

Analfabetismo

No Brasil, em 2022, havia 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 5,6%. Dessas pessoas, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,2% (2,1 milhões de pessoas) na Região Sudeste. Em relação a 2019, houve uma redução de 0,5 ponto percentual (p.p.) dessa taxa no País, o que corresponde a uma queda de pouco mais de 490 mil analfabetos em 2022.

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associada à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2022, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 16,0% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo: para 9,8% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 6,8% entre aquelas com 25 anos ou mais e 5,6% entre a população de 15 anos ou mais. Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo um maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos.

A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2022, foi de 5,4%, enquanto a dos homens foi de 5,9%. Em relação a 2019, a variação dessa taxa foi de 0,4 p.p. para as mulheres e 0,5 p.p. para os homens. Para a faixa etária mais velha, nota-se que a taxa das mulheres foi superior à dos homens, alcançando 16,3% em 2022. Esse valor, no entanto, foi três vezes maior do que para o grupo de mulheres de 15 anos ou mais.



Fonte: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Nota: As diferenças entre 2016 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

(1) As diferenças entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)													
	15 anos ou mais							60 anos ou mais						
	2016	2017	2018	2019	2022	Variação		2016	2017	2018	2019	2022	Variação	
						2019/2022	2016/2022						2019/2022	2016/2022
Brasil	6,7	6,5	6,3	6,1	5,6	↓	↓	20,5	19,4	18,8	18,1	16,0	↓	↓
Norte	7,9	7,6	7,4	7,0	6,4	↓	↓	30,0	27,5	27,1	25,5	23,5	→	↓
Nordeste	13,9	13,7	13,0	12,9	11,7	↓	↓	39,9	38,8	37,0	37,4	32,5	↓	↓
Sudeste	3,5	3,3	3,2	3,0	2,9	→	↓	11,8	10,7	10,5	9,7	8,8	↓	↓
Sul	3,3	3,2	3,3	3,0	3,0	→	↓	11,5	11,0	11,0	9,6	9,3	→	↓
Centro-Oeste	5,2	4,8	4,9	4,4	4,0	→	↓	21,3	19,1	18,4	16,7	14,9	↓	↓

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Notas: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Na análise por cor ou raça, chama-se atenção para a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2022, 3,4% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 7,4% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,3% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 23,3%. Neste grupo etário, comparando-se os dados de 2022 com 2019, nota-se uma queda de 3,9 p.p. para as pessoas pretas e pardas.

Entre as Grandes Regiões brasileiras, verifica-se que a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 11,7% e 6,4%, respectivamente, em 2022 entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade – enquanto o Centro-Sul do País, taxas bem mais baixas. Em relação a 2019, a proporção de analfabetos neste grupo de idade teve queda nas Regiões Norte e Nordeste. Nas demais, a taxa se manteve estatisticamente estável.

Comparando-se os indicadores de 2016 a 2022, a taxa de analfabetismo para as pessoas de 60 anos ou mais no Brasil manteve o comportamento da faixa de idade mais nova, de 15 anos ou mais. Entretanto os indicadores da faixa mais velha eram muito maiores do que os da faixa mais nova. Em 2022, a taxa do Nordeste alcançou 32,5% e a do Norte 23,5%. Por outro lado, Sudeste e Sul ficaram abaixo de 10% e o Centro-Oeste, 14,9%. Frente a 2019, destaca-se a queda de 4,9 p.p. na Região Nordeste.

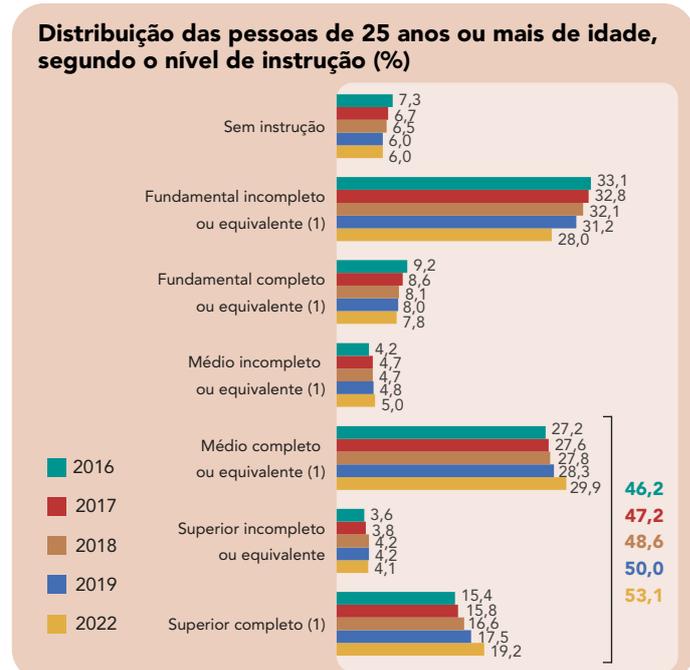
Com o objetivo de estabelecer metas, estratégias e diretrizes para a política educacional brasileira e promover avanços educacionais no País, o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, determinou, na Meta 9, a redução da taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do Plano, em 2024. O País atingiu essa meta intermediária em 2017, quando registrou estimativa de 6,5%, enquanto as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste alcançaram desde 2016. Em 2022, a Região Norte cumpriu a meta, ficando com 6,4%. Já a Região Nordeste se deparou com outro panorama ainda em 2022: taxa ainda acima da meta intermediária de 2015. Para a erradicação até 2024, os desafios são diversos entre as regiões, seja devido à tendência de estabilização das taxas no Centro-Sul do País, seja pelo nível mais elevado da taxa no Nordeste.

Nível de instrução e anos de estudo

Nível de instrução

O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados. Como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é mais bem avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.

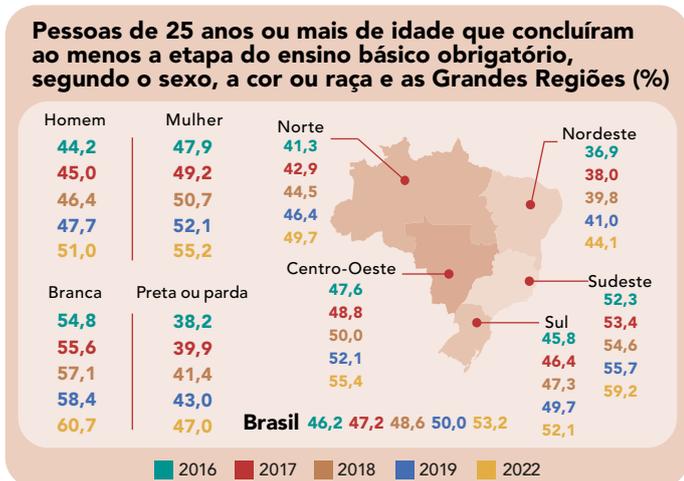
No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 53,2% em 2022. Destaca-se o percentual de pessoas com o ensino superior completo, que subiu de 17,5% em 2019 para 19,2% em 2022.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

(1) As diferenças entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, 6,0% eram sem instrução, 28,0% tinham o ensino fundamental incompleto, 7,8% tinham o ensino fundamental completo e 5,0%, o ensino médio incompleto. Os grupos com fundamental incompleto ou completo apresentaram quedas entre 2019 e 2022.



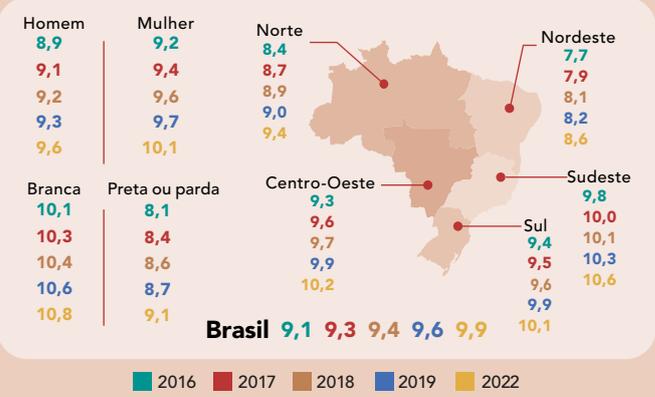
Em 2022, mais da metade das mulheres (55,2%) continuam a ter, ao menos, o ensino médio completo, enquanto entre os homens esse percentual passou a também ser mais da metade (51,0%). Ambas as proporções vêm aumentando desde 2016, sendo mais acelerada entre as mulheres e mostrando que há uma melhoria em termos educacionais. Com relação à cor ou raça, 60,7% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico educacional. Entre as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 47,0%, uma diferença de 13,7 p.p. entre os dois grupos analisados. De 2016 para 2022, essa diferença reduziu um pouco – era de 16,6 p.p. em 2016 – porém se manteve em um patamar elevado, indicando que as oportunidades educacionais eram distintas para esses grupos.

Nas Grandes Regiões, também foi observado o aumento da proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, ao menos, a educação básica obrigatória. As Regiões que registraram os maiores aumentos em relação a 2016 foram: 8,5 p.p na Norte e 7,9 p.p na Centro-Oeste. As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste foram as únicas com uma proporção maior que 50%; enquanto nas Regiões Norte e Nordeste, a maior parte da população de 25 anos ou mais não havia concluído a educação básica, destacando-se a Nordeste, com 55,9% de pessoas nesta situação.

Número médio de anos de estudo

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2022, foi 9,9 anos. De 2019 até 2022, essa média teve crescimento de 0,3 ano. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 10,1 anos, enquanto para os homens, 9,6 anos. Com relação à cor ou raça, mais uma vez, a diferença foi considerável, registrando-se 10,8 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 9,1 anos para as de cor preta ou parda, ou seja, uma diferença de 1,7 anos entre esses grupos, que reduziu pouco desde 2016, quando era de 2,0 anos de diferença.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (anos)



Em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste mantiveram-se com uma média de anos de estudo acima da nacional – respectivamente de 10,6, 10,1 e 10,2 anos – ao passo que as Regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média do País, com 8,6 anos e 9,4 anos, respectivamente. Além disso, todas as regiões tiveram um aumento entre 2019 e 2022, que variou entre 0,2 e 0,4 ano de estudo.

Frequência à escola ou creche

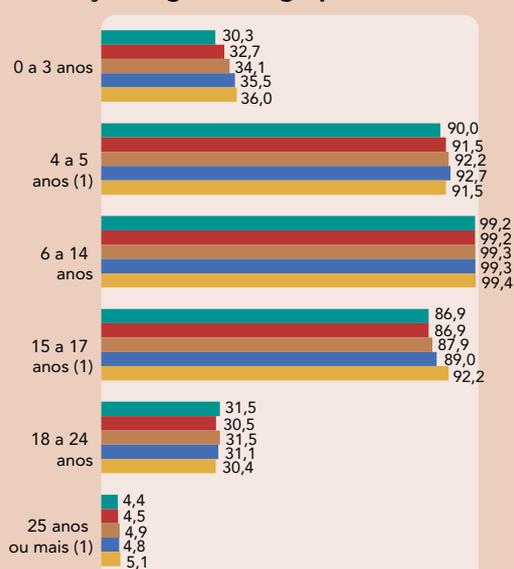
Para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro, utilizam-se dois indicadores como referência: a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida. O primeiro indicador retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária. O segundo indicador representa a razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas nessa faixa que já concluíram pelo menos essa etapa) e a população total na mesma faixa etária.

Panorama geral

No Brasil, em 2022, 9,6 milhões de crianças de 0 a 5 anos de idade frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi 36,0%, o equivalente a 4,1 milhões de estudantes. Comparado ao ano de 2019, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos manteve-se estatisticamente estável; frente a 2016, a expansão foi de 5,7 p.p. Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 91,5% em 2022, e de 92,7% em 2019, totalizando um pouco mais de 5,5 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, chegando a 99,4% das pessoas na escola em 2022.

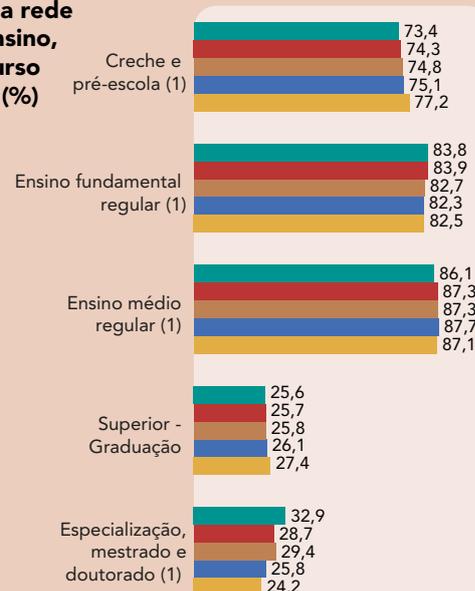
A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos em 2022 foi de 92,2%, 3,2 p.p. acima de 2019 – valor este que ainda era inferior à universalização do acesso à escola para a faixa etária, conforme indicado na LDB. Entre as pessoas de 18 a 24 anos e aquelas com 25 anos ou mais, 30,4% e 5,1% estavam frequentando escola, respectivamente.

Taxa de escolarização, segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.
(1) As diferenças entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Estudantes na rede pública de ensino, segundo o curso frequentado (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.
(1) As diferenças entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Frente aos resultados de 2019, a escolarização registrou variação positiva no Brasil para as faixas de 15 a 17 anos e 25 anos ou mais. Permaneceu estatisticamente estável para a faixa de 0 a 3 anos, 6 a 14 anos e 18 a 24 anos. Apresentou queda para a faixa de 4 a 5 anos.

A rede pública de ensino tem atendido a maior parte dos estudantes desde a creche até o ensino médio, sendo, em 2022, responsável por 77,2% dos alunos na creche e pré-escola, 82,5% dos estudantes do ensino fundamental regular e 87,1% do ensino médio regular. Essa preponderância da rede pública nesses cursos é contínua e tem aumentado, principalmente, na creche e pré-escola.

Por outro lado, a rede privada atendeu a maior parte dos estudantes de cursos de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Em 2022, 72,6% dos estudantes de graduação frequentavam uma instituição de ensino privada. Nos cursos de pós-graduação, a rede privada foi responsável por 75,8% dos alunos.

Pessoas de 0 a 5 anos de idade

A educação infantil engloba as crianças de 0 a 5 anos, abrangendo a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos). Em 2013, a educação básica tornou-se obrigatória aos 4 anos de idade e, assim, passou-se a buscar a universalização do ensino a partir dessa idade, além da ampliação do acesso à creche para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Há uma grande variação na frequência à escola ou creche entre as Grandes Regiões e entre as faixas de idade que compõem a educação infantil. Entre as crianças de até 1 ano de idade, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores percentuais em 2022: 3,4% e 5,7%, respectivamente. Por outro lado, na Sul, 24,6% das crianças nessa idade estavam na escola, na Sudeste, 21,8%, e no Centro-Oeste, 11,8%. Se comparado a 2019, houve estabilidade estatística da escolarização das crianças de até 1 ano.

Taxa de escolarização das pessoas de 0 a 5 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)											
	0 a 1 ano			Variação 2019/2022	2 a 3 anos			Variação 2019/2022	4 a 5 anos			Variação 2019/2022
	2016	2019	2022		2016	2019	2022		2016	2019	2022	
Brasil	11,3	14,6	14,5	→	49,1	55,4	54,4	→	90,0	92,7	91,5	↓
Norte	1,8	2,2	3,4	→	27,6	31,8	33,4	→	83,9	86,1	82,8	↓
Nordeste	4,4	5,3	5,7	→	49,0	55,3	55,2	→	94,1	95,6	93,6	↓
Sudeste	15,7	20,9	21,8	→	55,5	62,8	60,9	→	90,6	94,2	93,1	→
Sul	21,3	25,9	24,6	→	54,1	59,3	56,6	→	88,0	91,5	91,6	→
Centro-Oeste	10,9	12,6	11,8	→	38,3	43,0	45,8	→	84,2	86,9	87,9	→

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

Entre as crianças de 2 a 3 anos, a escolarização ultrapassa a metade desse grupo etário, com exceção das Regiões Norte e Centro-Oeste. As Regiões Norte (33,4%) e Nordeste (55,2%) registram percentual de crianças na escola aproximadamente 10 vezes maior do que na faixa de até 1 ano, na Região Sul, a taxa mais que duplicou, alcançando 56,6%. Já no Sudeste, quase triplicou com 60,9%, enquanto no Centro-Oeste foi quase 4 vezes maior, 45,8%. Da mesma forma que o grupo etário mais novo, houve estabilidade estatística da escolarização das crianças de 2 a 3 anos de idade.

A faixa etária mais velha da educação infantil, de 4 a 5 anos, registrou um percentual bastante elevado de escolarização (91,5%), porém sem alcançar a universalização, tal como preconizado na Meta 1 do PNE, segundo a qual essa universalização devesse ser alcançada em 2016. Destaca-se, inclusive, a queda dessa taxa entre 2019 e 2022. Neste grupo, o Nordeste se destaca por ter o maior percentual de crianças na escola desde 2016, estando com 93,6% em 2022. Sudeste e Sul também superaram os 90%, enquanto o Norte e o Centro-Oeste, exibiram os menores percentuais: 82,8% e 87,9%, respectivamente, abaixo da média do País.

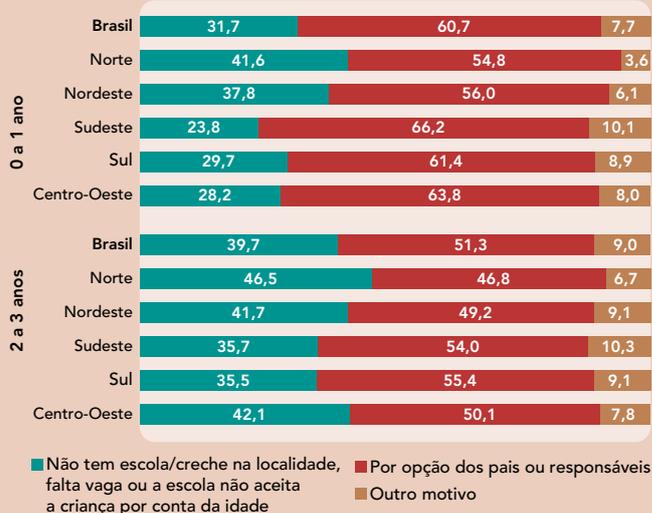
Em termos do PNE, a Meta 1 também estabeleceu que, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos frequentem creche até o final da vigência do Plano (em 2024). Os resultados de 2022 apontam que a taxa de escolarização de 0 a 3 anos foi de 19,1% no Norte, 32,2% no Nordeste, 43,1% no Sudeste, 41,7% no Sul e 30,4% no Centro-Oeste, indicando que regionalmente, menos da metade das crianças de 0 a 3 anos não frequentava creche.

Principal motivo de não frequentar escola ou creche

Em 2022, no Brasil, 60,7% das crianças de 0 a 1 ano e 51,3% das crianças de 2 a 3 anos não frequentavam creche por opção dos pais ou responsáveis. Em todas as Grandes Regiões, a opção de não colocar a criança de 0 a 3 anos em creche por esse motivo foi prevalente, sendo que o percentual que alegou esse motivo se manteve maior na faixa de 0 a 1 ano do que na faixa de 2 a 3 anos. A Região Sudeste registrou o maior percentual (66,2%) para 0 a 1 ano, enquanto o menor ocorreu na Norte (54,8%). Para as crianças de 2 a 3 anos, essa motivação foi maior na Região Sul (55,4%) e menor na Região Norte (46,8%).

A não existência de escola/creche na localidade, falta de vaga ou não aceitação de matrícula por causa da idade da criança foi o segundo motivo mais apontado. No País, este percentual foi de 31,7% para a faixa de 0 a 1 ano e de 39,7% para 2 a 3 anos. A Grande Região que se destacou por este motivo foi a Norte, com 41,6% para as crianças de até 1 ano e 46,5% para as crianças de 2 a 3 anos de idade, o que demonstra uma deficiência na oferta de escolas ou disponibilidade de vagas na educação infantil nessa Região. Em seguida, também com percentuais acima da média nacional, estava a Região Nordeste.

Principal motivo de não frequentar escola ou creche, segundo os grupos de idade e as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Pessoas de 6 a 14 anos de idade

A taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade, em 2022, foi de 99,4%, o equivalente a um contingente de 26,2 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro, seu patamar elevado vem se mantendo desde 2016, ficando muito próximo à universalização estabelecida pela Meta 2 do PNE.

Em todas as Grandes Regiões, a taxa de escolarização foi elevada. O Sudeste manteve destaque com 99,6% das crianças de 6 a 14 anos na escola e, mesmo o Norte, com a menor proporção, chegou a 98,7%. Somente a Região Sudeste registrou aumento da taxa entre 2019 e 2022.

Apesar da elevada taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos, chamam atenção os resultados que indicam a adequação entre a idade e a etapa do ensino fundamental frequentado. Para esse monitoramento, utiliza-se a taxa ajustada de frequência escolar líquida que, no âmbito da Meta 2 do PNE, estabelece que pelo menos 95% dos alunos do ensino fundamental concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do atual PNE, ou seja, 2024.

Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	2016	2017	2018	2019	2022
Brasil (1)	99,2	99,2	99,3	99,3	99,4
Norte	98,8	98,9	98,9	98,6	98,7
Nordeste (1)	99,0	99,0	99,2	99,2	99,3
Sudeste (1) (2)	99,4	99,3	99,5	99,4	99,6
Sul	99,2	99,5	99,6	99,5	99,3
Centro-Oeste	99,2	99,3	99,4	99,2	99,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

(1) As diferenças entre 2016 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%. (2) As diferenças entre 2019 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

Em 2022, 95,2% das crianças de 6 a 14 anos estavam frequentando o ensino fundamental, etapa escolar idealmente estabelecida para esta faixa etária. Frente a 2019, houve retração de (1,8 p.p.). A análise da série desse indicador mostra que sua estimativa já registra percentual superior a 95% desde 2016, e mesmo com a retração ao menor nível da série (em 2022), a Meta 2 preconizada pelo PNE foi mantida.

Ao analisar esse indicador por sexo, 95,2% dos homens e das mulheres estavam na idade/etapa adequada. Em relação à cor ou raça, essa taxa foi de 95,5% para as pessoas brancas e 95,0% para as pessoas pretas ou pardas. Considerando o sexo ou a cor ou raça, houve queda das taxas em comparação a 2019.

Por Grandes Regiões, o panorama foi similar ao nacional: uma taxa ajustada de frequência escolar líquida elevada, mas apresentando queda em todas as Regiões entre 2019 e 2022. Em 2022, o Sudeste e Sul se destacaram com 95,8% e 95,4%, respectivamente, como as Regiões com a maior taxa. Já o Centro-Oeste, com 94,5%, teve a maior queda de 2,6 p.p. entre os dois últimos períodos de coleta.

Taxas ajustadas de frequência escolar líquida no ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos de idade, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	2016	2017	2018	2019	2022
Total (1)	96,7	97,1	97,4	97,1	95,2
Sexo					
Homem	96,6	97,0	97,2	97,1	95,2
Mulher	96,8	97,2	97,6	97,2	95,2
Cor ou raça					
Branca	96,9	97,3	97,7	97,1	95,5
Preta ou parda	96,6	96,9	97,2	97,2	95,0
Grandes Regiões					
Norte	96,1	96,7	96,8	96,3	94,3
Nordeste	96,7	96,8	97,1	97,1	94,9
Sudeste	97,0	97,3	97,9	97,4	95,8
Sul	96,7	97,5	97,5	97,2	95,4
Centro-Oeste	96,2	96,8	97,1	97,1	94,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Nota: As diferenças entre 2019 e 2022 e entre 2016 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 15 a 17 anos de idade

A taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos subiu 3,2 p.p. em 2022, chegando a 92,2%. Em termos regionais, destaca-se a melhora no indicador das Regiões Sudeste (5,0 p.p.) Norte (3,3p.p.) e Nordeste (3,1 p.p.). A Região Sul foi a única que não apresentou mudança estatística.

Pelo PNE, a Meta 3 define a universalização, até 2016, do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. Em 2022, todavia, essa parte da meta não havia sido alcançada em nenhuma Grande Região brasileira. A Meta 3 também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida no ensino médio seja elevada para 85,0% até o final da vigência do Plano em 2024. Em 2022, 75,2% dos jovens de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio ou haviam concluído esse nível, 3,9 p.p. a mais do que em 2019. Embora tenha havido grande avanço da taxa ajustada líquida desse grupo etário em 2022, sua distância em relação à meta final é de 9,8 p.p.

Com relação às Grandes Regiões, houve melhora na taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio de 2019 para 2022. O avanço foi mais intenso na Norte (5,9 p.p.) e na Nordeste (6,0 p.p.), apresentando, respectivamente, uma taxa de 68,1% e 69,3%. Já o Sudeste teve a melhora menos intensa, 2,2 p.p., apesar de apresentar a maior taxa entre as Regiões, 81,5%. Vale ressaltar que, frente à meta do PNE (85% em 2024), esses resultados indicam que as Regiões terão que enfrentar vários desafios, inclusive dar uma maior importância ao atraso escolar que vem do ensino fundamental.

Ao analisar o indicador por sexo, percebe-se que, entre as mulheres de 15 a 17 anos, 79,7% estavam frequentando o ensino médio, porém, entre os homens desta idade, a taxa foi de 71,0%, uma diferença de 8,7 p.p. No tocante à cor ou raça, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 80,8% para as pessoas brancas, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 71,7%. Quando se compara 2019 e 2022, observa-se um crescimento para pessoas pretas ou pardas (5,0 p.p.) e estabilidade para pessoas brancas, todavia existindo uma diferença entre os dois grupos em 9,1 p.p.

Por fim, a avaliação dos indicadores da Educação Básica em 2022 aponta para diferentes desempenhos, de acordo com a etapa desse ensino e os grupos etários compreendidos. No caso da educação infantil, a taxa de escolarização do segmento de 0 a 3 anos de idade seguiu avançando anualmente, porém ainda distante da meta de fre-

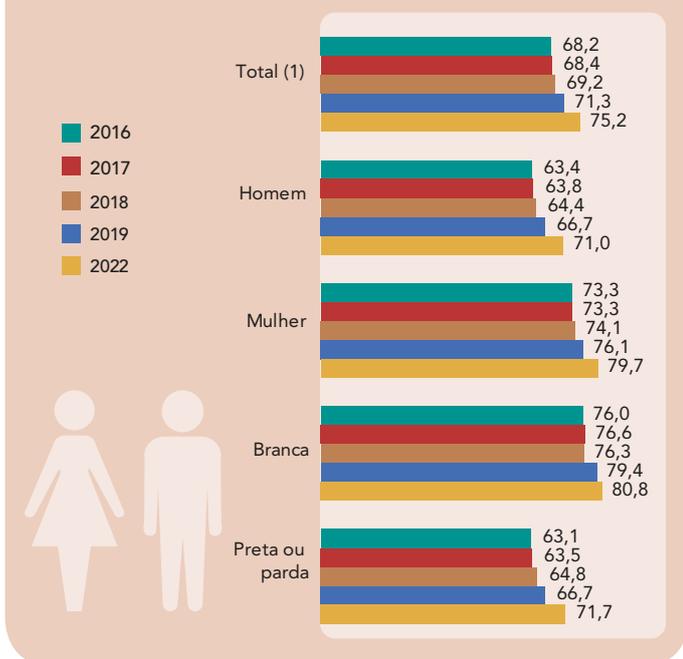
Pessoas de 15 a 17 anos de idade, por situação de escolarização, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Taxa de escolarização (%)					Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)				
	2016	2017	2018	2019	2022	2016	2017	2018	2019	2022
Brasil	86,9	86,9	87,9	89,0	92,2	68,2	68,4	69,2	71,3	75,2
Norte	87,2	86,3	87,9	88,5	91,8	58,5	59,8	61,9	62,2	68,1
Nordeste	85,6	85,7	86,6	87,8	90,9	59,0	60,5	61,2	63,3	69,3
Sudeste	88,0	88,5	88,6	88,9	93,9	76,9	76,3	76,1	79,3	81,5
Sul	85,8	85,5	87,9	91,4	90,4	69,5	69,6	71,4	72,6	75,4
Centro-Oeste	88,2	86,6	89,1	90,4	92,4	70,0	70,3	71,5	74,2	77,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Nota: As diferenças entre 2019 e 2022 e entre 2016 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%, exceto a taxa de escolarização entre 2019 e 2022 da Região Sul.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida no ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2022.

Nota: As diferenças entre 2019 e 2022 e entre 2016 e 2022 são significativas ao nível de confiança de 95%, exceto a taxa ajustada de frequência escolar líquida entre 2019 e 2022 das pessoas brancas.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

quência escolar estabelecida para essas crianças. Já no grupo de 4 a 5 anos de idade verificava-se pequenas expansões anuais de 2016 a 2019, porém, em 2022, esse movimento foi interrompido. Com isso, ampliou-se a distância em relação ao atingimento da Meta 1 do PNE, qual seja: a universalização da frequência escolar dessas crianças.

Para as pessoas de 6 a 14 anos de idade, a estimativa da taxa de escolarização não apresentou variação relevante frente a 2019, o que significa registrar em 2022 valor próximo à universalização preconizada pela Meta 2 do PNE. Contudo, o percentual de alunos dessa idade que concluem o ensino fundamental na idade recomendada (taxa ajustada líquida) retrocedeu nesse ano. Embora a taxa líquida de frequência tenha registrado o menor valor da série, ainda permaneceu atingindo o patamar de 95%, que é recomendado por essa mesma Meta.

Se no grupo de 6 a 14 anos houve recuo na taxa líquida de frequência escolar, por outro lado, no formado por pessoas de 15 a 17 anos houve o maior avanço desse indicador de 2019 para 2022, expandindo 4,7 p.p. em três anos. Cumpre ressaltar que mesmo diante de tal crescimento, a estimativa de 75% para esse indicador ainda revela que o atraso escolar se aprofunda no ensino médio, embora esse descompasso já comece principalmente nos últimos anos do ensino fundamental. Esse panorama é observado desde 2016 e se repete em 2022.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a educação escolar básica na idade adequada. Contudo, o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Conseqüentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentam mais a escola e alguns ainda frequentam as etapas da educação básica obrigatória.

Em 2022, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 30,4%, percentual próximo ao registrado em 2019. Por sua vez, 20,8% desses jovens frequentavam cursos da educação superior e 10,3% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica. Já 4,1% haviam completado o ensino superior e 65,5% não frequentavam escola.

Esse panorama nacional diverge entre as Grandes Regiões. Apesar de as taxas de escolarização serem mais próximas, o ajuste idade/etapa foi bem divergente. Na Centro-Sul, o atraso escolar dos estudantes de 18 a 24 anos ficou entre 7,9% e 9,0% e o percentual de pessoas que não estudavam por já terem completado o ensino superior variou de 4,3% a 5,3%. Já na Norte e na Nordeste, esse atraso foi maior, entre 13,1% e 14,4%, enquanto o percentual de não estudantes com uma graduação completa foi de 2,6% para as duas Regiões.

Essa mesma análise pode ser feita entre sexo e entre cor ou raça, de forma a apontar para os diferentes cenários que os jovens de 18 a 24 anos vivem no Brasil. Em 2022, um percentual maior de mulheres nessa faixa etária frequentava a escola (32,6% frente a 28,1% dos homens). Além disso, 24,0% delas eram estudantes de graduação e 5,0% tinham este grau concluído, enquanto, entre os homens, esses percentuais foram de, respectivamente, 17,7% e 3,3%. Além de um maior atraso (10,9%), 68,5% dos homens de 18 a 24 anos não frequentavam escola, apesar de não terem concluído o ensino obrigatório.

Por cor ou raça, o cenário foi ainda mais marcante, visto que 36,7% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,2% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 26,2% das de cor preta ou parda, com apenas 15,3% cursando ensino superior. Adicionalmente, 6,0% dos jovens brancos nessa faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, 2,9%. O atraso escolar foi 2,9 p.p. maior para as pessoas pretas ou pardas.

Em termos de PNE, a Meta 12 estabelece que a taxa de frequência escolar líquida no ensino superior para a população de 18 a 24 anos seja elevada para 33%, ao final da vigência do Plano (2024). Em 2022, no Brasil, essa meta havia sido alcançada somente entre as pessoas de cor branca (35,2%). Neste sentido, o desafio do País será reduzir as desigualdades de acesso ao ensino superior, além de um combate forte ao atraso escolar e de políticas de incentivo a permanência na escola.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Indicadores de educação (%)					
	Taxa de escolarização (1)	Taxa ajustada de frequência escolar líquida (2)	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Total	30,4	25,0	20,8	10,3	4,1	65,5
Sexo						
Homem	28,1	21,0	17,7	10,9	3,3	68,5
Mulher	32,6	29,0	24,0	9,5	5,0	62,4
Cor ou raça						
Branca	36,7	35,2	29,2	8,5	6,0	57,3
Preta ou parda	26,2	18,2	15,3	11,4	2,9	70,9
Grandes Regiões						
Norte	32,1	21,0	18,4	14,4	2,6	65,3
Nordeste	28,9	18,9	16,3	13,1	2,6	68,5
Sudeste	29,8	27,8	22,5	8,0	5,3	64,9
Sul	32,5	28,7	24,4	9,0	4,3	63,2
Centro-Oeste	32,5	30,7	25,5	7,9	5,2	62,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

(1) Frequência escolar adequada + atraso escolar dos estudantes. (2) Frequência escolar adequada + não frequência à escola e já concluiu a etapa.

Abandono escolar

Levando-se em consideração todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do País, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, aproximadamente 18% não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca a ter frequentado. Nesta situação, portanto, havia 9,5 milhões de jovens, dentre os quais, 58,8% homens e 41,2% mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,9% eram brancos e 70,9% pretos ou pardos.

Ao analisar a idade que estes jovens de 14 a 29 anos deixaram a escola, é importante observar que os maiores percentuais de abandono a escola se deram nas faixas a partir dos 16 anos de idade (entre 15,3% e 19,3%). Mesmo assim, ainda existe abandono precoce na idade do ensino fundamental, que foi de 7,2% até os 13 anos e de 7,6% aos 14 anos. Esse padrão se mantém semelhante entre homens e mulheres e entre as pessoas de cor branca e preta ou parda. Vale destacar que o grande marco da mudança foi a idade de 15 anos que, em geral, é a idade de entrada no ensino médio. Nessa idade, o percentual de jovens que abandonaram a escola quase duplica frente aos 14 anos de idade.

Em termos regionais, nota-se que o abandono escolar precoce até os 13 anos foi mais acentuado na Norte (9,0%), Nordeste (8,0%) e Sul (6,8%). Aos 14 anos, a Região Sudeste se destacou com 9,0% de saída da escola. O marco dos 15 anos, acontece em todas as Regiões, sendo maior na Sul (13,7%), Sudeste (13,0%) e Centro-Oeste (12,6%). Entre 16 e 18 anos, Norte e Nordeste exibiram percentuais

Pessoas de 14 a 29 anos e que não frequentam escola, com nível de instrução inferior ao médio completo, segundo o sexo e a cor ou raça

Sexo e cor ou raça	Total	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	9,5	100,0
Sexo		
Homem	5,6	58,8
Mulher	3,9	41,2
Cor ou raça		
Branca	2,6	27,9
Preta ou parda	6,7	70,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

de abandono entre 12,6% e 19,6%, saltando para, respectivamente, 25,6% e 22,5%, respectivamente, aos 19 anos ou mais de idade. Essa maior saída tardia da escola deve, provavelmente, estar associada a um esforço desses jovens para recuperar o atraso educacional⁷. Nas Regiões do Centro-Sul, houve uma intensificação no percentual de saída aos 16 e 17 anos, variando entre 16,7% e 22,9%, seguido de uma redução a partir dos 19 anos ou mais.

⁷ É válido lembrar que, em 2022, mais de 13% dos jovens de 18 a 24 anos nas Regiões Norte e Nordeste frequentavam escola com atraso escolar, percentual que é quase o dobro das demais Regiões.

Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo e que já frequentaram escola, por idade em que abandonou a escola pela última vez, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Idade em que abandonou a escola pela última vez (%)						
	Até os 13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos ou mais
Total (1)	7,2	7,6	12,6	15,3	19,1	19,3	18,8
Sexo							
Homem	7,4	7,0	12,0	14,7	19,5	20,6	18,8
Mulher	6,9	8,5	13,6	16,2	18,6	17,4	18,9
Cor ou raça							
Branca	7,2	7,1	13,3	16,4	19,9	19,6	16,5
Preta ou parda	7,1	7,7	12,3	15,0	18,9	19,2	19,7
Grandes Regiões							
Norte	9,0	6,0	11,6	12,6	17,3	17,9	25,6
Nordeste	8,0	6,8	12,2	13,3	17,5	19,6	22,5
Sudeste	6,3	9,0	13,0	16,7	19,3	19,8	16,0
Sul	6,8	8,2	13,7	18,1	22,9	18,3	11,9
Centro-Oeste	5,3	6,7	12,6	17,1	20,6	19,5	18,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

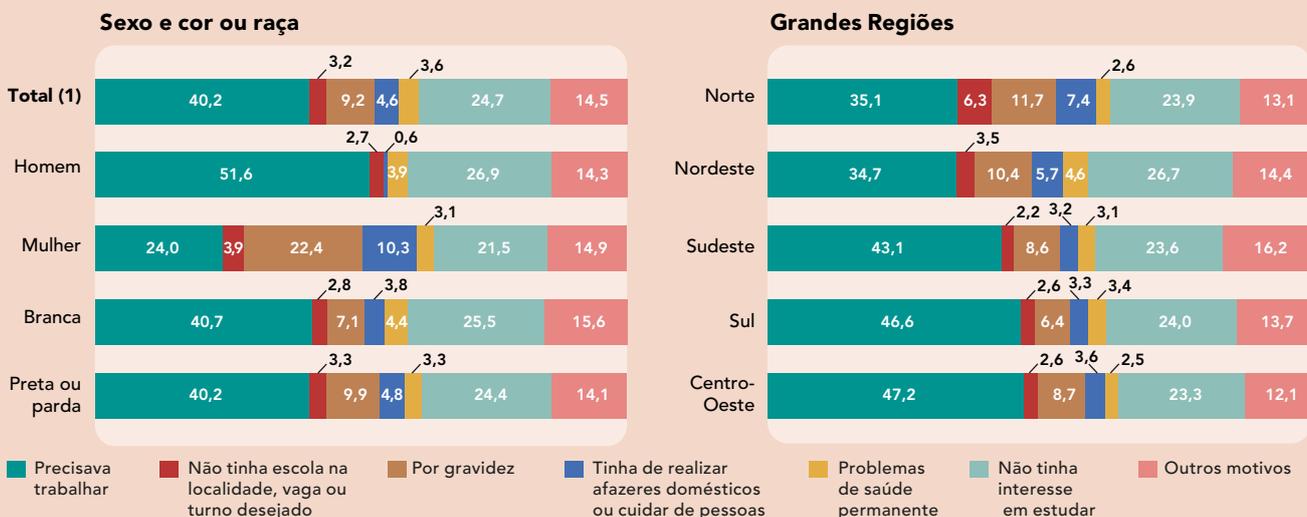
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este contingente chegou a 40,2%. Para este principal motivo, ressaltam-se os homens, com 51,6%, seguido de não ter interesse de estudar (26,9%). Para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar (24,0%), seguido de gravidez (22,4%) e não ter interesse em estudar (21,5%). Além disso, 10,3% das mulheres indicaram realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens, este percentual foi inexpressivo (0,6%).

Para as pessoas pretas ou pardas, o principal motivo ser gravidez foi maior do que para as pessoas brancas, 9,9% e 7,1%, respectivamente.

Analogamente, precisar trabalhar foi o principal motivo alegado por esses jovens em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Centro-Oeste (47,2%) e a Sul (46,6%). A Região Nordeste registrou a menor taxa, 34,7%. De forma complementar, o não interesse em estudar foi o segundo principal motivo informado, sempre acima de 23%, com destaque para o Nordeste, com 26,7%. Esses dois principais motivos somados alcançam entre 59,0% e 70,5% desses jovens, sugerindo a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola.

Pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao médio completo, por motivo do abandono escolar ou de nunca ter frequentado escola (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Frequência à educação profissional

Graduação tecnológica

A graduação tecnológica é a modalidade de educação profissional do ensino superior de graduação brasileiro. Possui os mesmos pré-requisitos de ingresso que os demais cursos do ensino superior (bacharelado e licenciatura), porém tem enfoque específico em uma área profissional, duração menor (de 2 a 3 anos) e sua conclusão confere o diploma de tecnólogo.

Em 2022, dos 8,8 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 1,2 milhão frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 13,5% do total de estudantes do ensino superior. A graduação tecnológica ainda é uma modalidade com pouca participação entre os cursos de graduação.

Técnico de nível médio

A modalidade de educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já o concluíram se denomina técnico de nível médio. Ela possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão deste curso. No caso dos cursos articulados, o diploma de técnico em uma determinada área só é recebido quando a pessoa completa o ensino médio.

A partir de 2019, a PNAD Contínua passou a captar também o curso de magistério (normal) na investigação do curso técnico de nível médio. Com isso, parte dos indicadores deixaram de ser comparáveis ao longo do tempo⁸. No entanto, a melhoria da captação irá propiciar uma compreensão mais ampla do tema.

Em 2022, no Brasil, dos 9,2 milhões de estudantes do ensino médio (regular ou da Educação de Jovens e Adultos - EJA), 8,3% frequentavam curso técnico de nível médio ou o curso normal de nível médio para formação de professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Já entre as 49,9 milhões de pessoas que haviam concluído o ensino médio ou ingressado no superior sem o concluir e que não estavam frequentando uma graduação – ou seja, aquelas que tinham o requisito mínimo para ingressar na educação técnica de nível médio e não estavam no ensino superior – 5,7% frequentavam curso técnico ou curso normal. Além disso, desse grupo de pessoas, 10,7% haviam concluído um desses cursos.

Analisando os resultados de 2022 por sexo e cor ou raça, nota-se que a realização de curso técnico ou normal (magistério) pelos estudantes de ensino médio foi de 8,2%, para os homens, e de 8,5%, para as mulheres. No entanto, entre os estudantes de cor branca, 10,0% frequentavam essa modalidade de educação profissional, percentual 2,8 p.p. maior do que entre os estudantes de cor preta ou parda.

Entre o grupo de pessoas com os requisitos educacionais mínimos para frequentar ou já ter concluído um curso da educação técnica de nível médio e que não frequentavam o ensino superior, 10,7% dos homens e 10,8% das mulheres possuíam um diploma des-

ta modalidade. Em termos de cor ou raça, esses percentuais foram de 11,8% entre as pessoas brancas e 9,9% entre as pretas ou pardas, ou seja, uma diferença de 1,9 p.p.

Cabe ainda avaliar o percentual de pessoas com o nível técnico completo entre aquelas que eram estudantes de graduação e pós-graduação, assim como entre aquelas com ensino superior completo que não frequentavam cursos de pós-graduação. Para o primeiro grupo de pessoas, o percentual de homens com diploma de técnico (16,7%) foi maior do que entre as mulheres (15,1%), assim como o de pessoas pretas ou pardas superou o de pessoas brancas, 16,5% e 15,2%, respectivamente. Já o segundo grupo de pessoas, o percentual daqueles que haviam concluído curso técnico ou magistério chegou a 17,7% no Brasil, percentual maior entre os homens (17,8%) em comparação às mulheres (17,6%), assim como entre pessoas pretas ou pardas (19,3%) em comparação às brancas (16,8%).

Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, segundo a condição de estudante (%)

		2019	2022
Estudantes do ensino médio	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	7,0	8,3
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	12,4	10,7
Não estudante com ensino médio completo ou superior incompleto	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	5,1	5,7
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	12,4	10,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de estudante (%)

Condição de estudante	Curso	Sexo					Cor ou raça		
		Total (1)	Homem	Mulher	Branca	Preta ou parda	Total (1)	Homem	Mulher
Estudantes do ensino médio	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	8,3	8,2	8,5	10,0	7,2	11,8	11,8	9,9
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	12,4	12,4	10,8	11,8	9,9	16,5	16,7	15,2
Não estudante com ensino médio completo ou superior incompleto	Fazia curso técnico ou curso normal (magistério)	5,7	5,2	6,2	5,9	5,6	17,7	17,8	17,6
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	10,7	10,7	10,8	11,8	9,9	19,3	17,8	16,8
Estudante do ensino superior e de pós-graduação	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	15,8	16,7	15,1	15,2	16,5	17,7	17,8	17,6
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	17,7	17,8	17,6	16,8	19,3	17,7	17,8	17,6
Não estudantes com o ensino superior completo	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	17,7	17,8	17,6	16,8	19,3	17,7	17,8	17,6
	Concluiu curso técnico ou curso normal (magistério)	17,7	17,8	17,6	16,8	19,3	17,7	17,8	17,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

⁸ A comparação temporal entre 2016 e 2022 é apenas possível no tocante a frequência a curso técnico de nível médio no momento da entrevista.

Qualificação profissional

A modalidade mais acessível da educação profissional, a qualificação profissional, é composta por diversos cursos que visam qualificar o indivíduo para o trabalho em uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou em outras instituições, têm duração variável e conferem certificado de participação. Não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas de tais cursos, no entanto, como parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o Ministério da Educação organizou uma lista de cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, estabelecendo a carga horária e a escolaridade mínima exigida, para direcionar a oferta dessa qualificação profissional na esfera pública e nas Instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem⁹, com financiamento do PRONATEC.

Apesar de tais iniciativas, existe uma dificuldade prática em coletar informações sobre essa modalidade de educação profissional devido à falta de uma definição legal para a qualificação profissional. Assim, utiliza-se um conceito amplo, que considera como qualificação os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, independentemente de serem cursos FIC ou não.

Em 2022, das 74,1 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudavam até o ensino fundamental e aquelas que anteriormente frequentaram, no máximo, o ensino médio sem completá-lo, 0,8% estava frequentando curso de qualificação profissional, o que correspondia a 588 mil pessoas. Entre as 63,5 milhões de pessoas que frequentavam o ensino médio ou que haviam concluído esse nível sem ter alcançado o ensino superior completo, 3,0% frequentavam curso de qualificação profissional e 6,1% curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério), totalizando 5,8 milhões de pessoas em alguma das duas modalidades de educação profissional.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentavam curso de educação profissional, por tipo de curso (%)



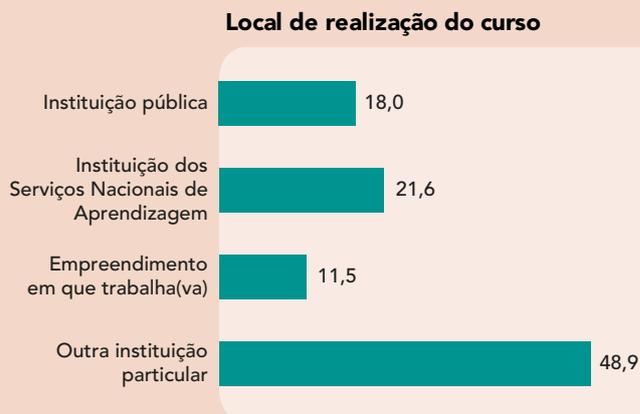
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Para complementar o panorama da educação profissional, é válido avaliar a frequência passada aos cursos de qualificação profissional. Em 2022, dos quase 173,1 milhões de pessoas de 14 anos ou mais, 25,2 milhões já haviam frequentado algum curso de qualificação profissional, ou seja, um percentual de 14,5%.

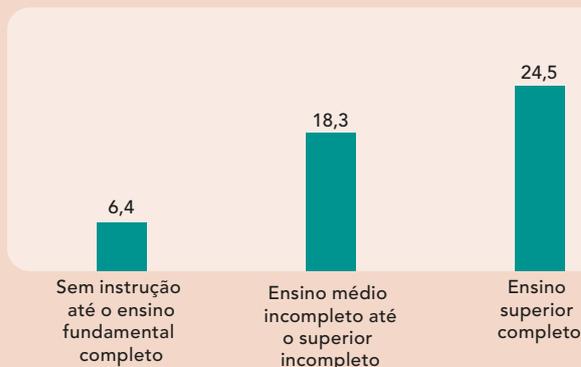
Na abertura por nível de instrução, observa-se um aumento da frequência em cursos de qualificação profissional à medida que aumenta o nível de instrução. Entre as pessoas sem instrução ou com até o ensino fundamental completo, em 2022, 6,4% haviam frequentado tais cursos em algum momento da vida. Entre as pessoas com o ensino médio incompleto até o superior incompleto, foram 18,3% e entre aqueles com o ensino superior completo, o percentual alcançou 24,5%.

Em termos das instituições onde os cursos de qualificação profissional foram realizados, 11,5% das pessoas fizeram tais cursos no empreendimento em que trabalhavam, 18,0% em instituições públicas, 21,6% em instituição dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e 48,9% em outras instituições privadas.

Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentaram curso de qualificação profissional (%)



Nível de instrução



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

⁹ Os Serviços Nacionais de Aprendizagem são um conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, composto por: SENAI, Sesi, SENAC, SENAR, SESC, SENAT, SEST, SESCOOP e IEL.

Pessoas de 15 a 29 anos

Pessoas com no máximo o ensino superior incompleto que não frequentavam escola e cursos da educação profissional ou pré-vestibular

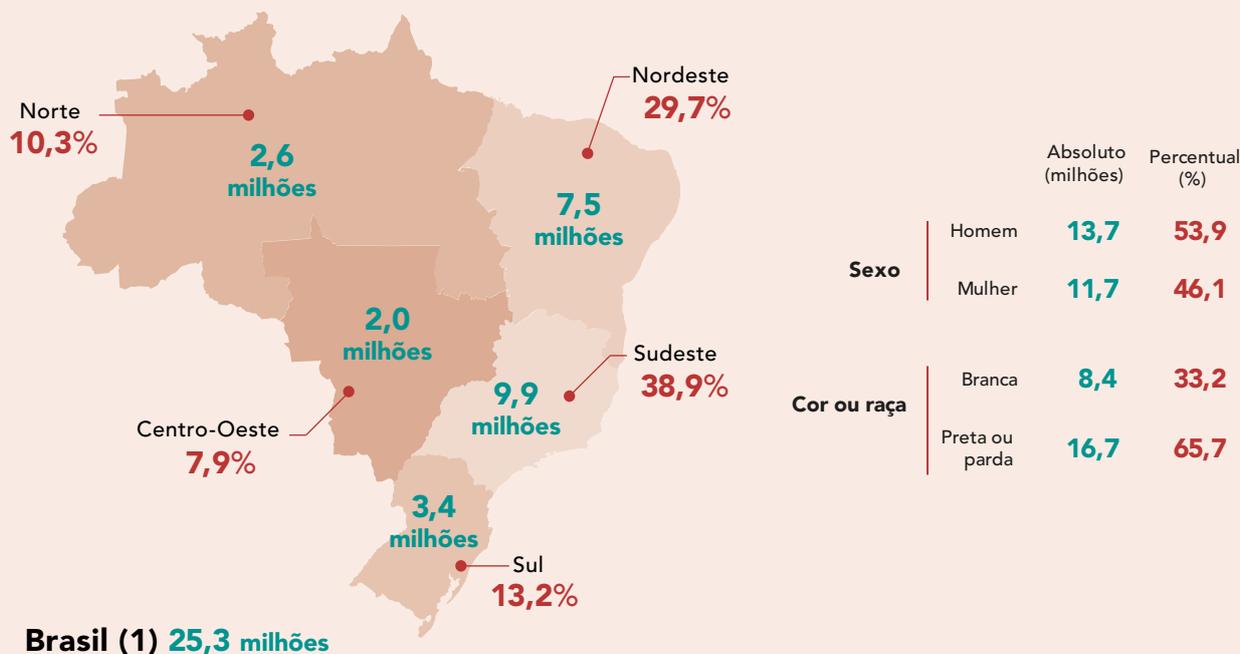
Em 2022, 25,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos com nível de instrução até o superior incompleto não frequentavam escola, curso de educação profissional ou pré-vestibular. Deste contingente, 53,9% eram homens e 65,7% de cor preta ou parda. Entre as Grandes Regiões, o Sudeste concentrou o maior percentual de pessoas nesta situação, 38,9%, seguido do Nordeste com 29,7%. O menor percentual foi registrado no Centro-Oeste, com 7,9%.

Cada grupo de jovens tem motivações diferentes para não seguir estudando ou ampliando a sua qualificação. Levando-se em consideração a faixa de 15 a 29 anos com no máximo o ensino médio incompleto, percebeu-se que, entre os homens, a principal motivação foi a necessidade de trabalhar (59,2%). Já entre as mulheres, este motivo foi escolhido por 26,5%. O motivo prevalente entre as mulheres, no entanto, foi a necessidade de realizar afaze-

res domésticos e cuidado de pessoas, com 35,0%. Vale destacar o percentual significativo de pessoas que não tinham interesse em estudar: 26,0% entre os homens e 20,5% entre as mulheres; 22,9% dentre as pessoas brancas e 24,0% dentre as pretas ou pardas. No Brasil, 3,1% elegeram a falta de escola, vaga, turno ou curso de interesse na localidade como principal motivo, sendo mais frequente na Região Norte (5,2%) e menos frequente na Sudeste (2,3%).

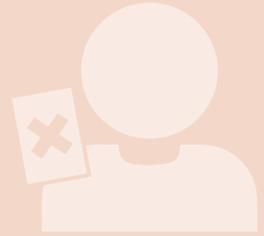
Para o grupo de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou curso superior incompleto, a necessidade de trabalhar foi o motivo prevalente em todas as subdivisões, com destaque para 52,4% dos homens e 46,6% das pessoas brancas. O segundo motivo mais frequente foi por já ter concluído o nível de estudo que desejava: 13,7% dos homens e 13,6% das pessoas de cor preta ou parda. Falta de dinheiro para pagar as despesas e a falta de interesse em estudar foram o terceiro e quarto motivos mais citados: 12,6% e 11,9% respectivamente. Já 13,4% das mulheres apontaram a necessidade de realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas, número muito superior ao dos homens, 0,4%.

Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo o ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões

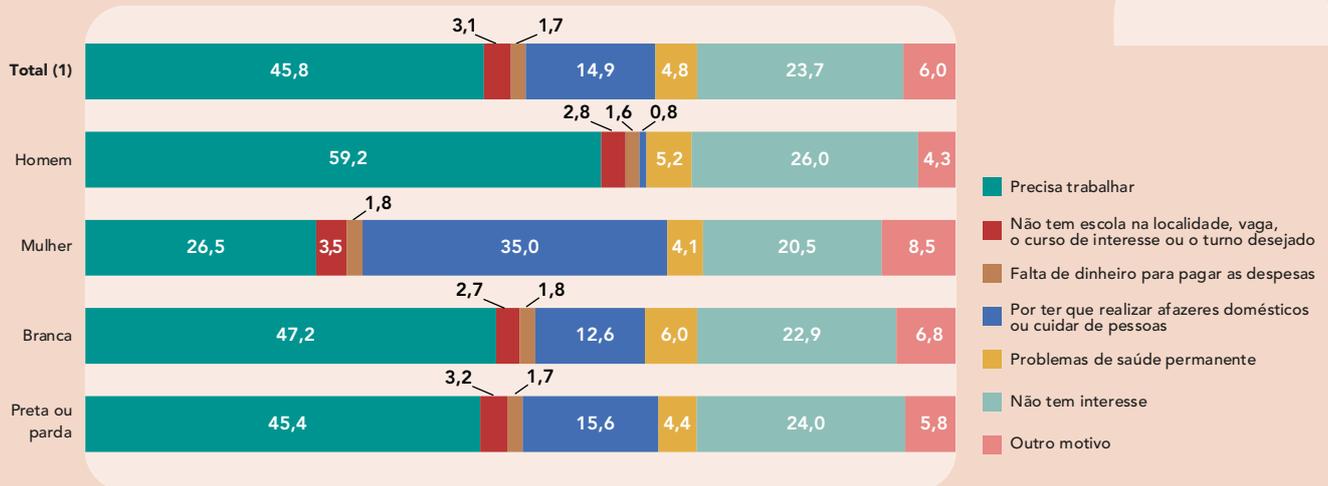


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
 (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Pessoas de 15 a 29 anos de idade, com no máximo ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, por principal motivo para não estudar ou se qualificar (%)



Com até o ensino médio incompleto



Com ensino médio completo até superior incompleto



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.
(1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Condição de estudo e a situação na ocupação

Após apresentar o panorama da frequência a educação básica, superior e profissional, além dos motivos de pessoas de 15 a 29 não estarem estudando ou se qualificando, é importante analisar a distribuição da população dessa faixa etária segundo a condição de estudo (estudando ou não estudando) e a situação na ocupação (ocupada ou não ocupada¹⁰). Para a condição de estudo, considera-se um conceito amplo que inclui desde a

frequência à escola, assim como a frequência a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) e qualificação profissional.

No Brasil, em 2022, havia 49 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade. Dentre essas pessoas: 15,7% estavam ocupadas e estudando; 20,0% não estavam ocupadas nem estudando; 25,2% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 39,1% estavam ocupadas e não estudando.

¹⁰ Pessoa desocupada ou fora da força de trabalho.

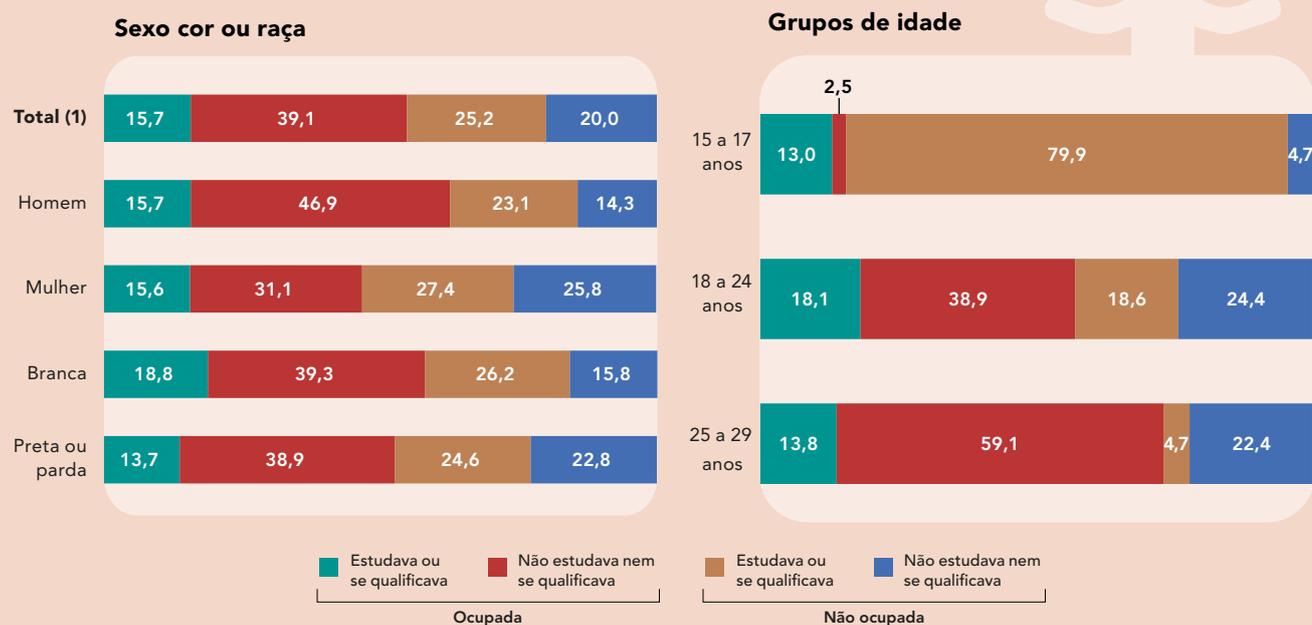
Entre as mulheres, 25,8% não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando e, entre os homens, 14,3%. Por outro lado, 31,1% das mulheres e 46,9% dos homens apenas trabalhavam, enquanto 27,4% das mulheres e 23,1% dos homens apenas estudavam ou se qualificavam. Com relação a cor ou raça, 18,8% das pessoas brancas trabalhavam e estudavam, percentual maior do que entre as pessoas de cor preta ou parda (13,7%). O percentual de pessoas brancas apenas trabalhando (39,3%) e apenas estudando (26,2%) também foi superior o de pessoas de cor preta ou parda. Por outro lado, o percentual de pessoas pretas ou pardas que não estudavam e não estavam ocupadas foi consideravelmente superior ao de pessoas brancas, 22,8% contra 15,8%.

Entre as pessoas mais novas, de 15 a 17 anos de idade, que ainda estavam em idade escolar obrigatória, 79,9% se dedicavam exclusivamente ao estudo e 13,0% estudavam e trabalhavam. No grupo das pessoas de 18 a 24 anos, 38,9% apenas trabalhava e 24,4% não

trabalhava, nem estudava ou se qualificava. Essa foi a faixa etária que apresentou o maior percentual de pessoas nessa categoria. Já no grupo mais velho, das pessoas de 25 a 29 anos, há um aumento da relação com o mercado de trabalho, visto que 59,1% dessas pessoas estavam apenas ocupadas e 13,8% estavam ocupadas e estudando ou se qualificando. Por outro lado, 22,4% das pessoas desse grupo não estavam ocupadas nem estudando ou se qualificando, percentual alto para a juventude de uma geração mais escolarizada, porém em um momento econômico não favorável.

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do País. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliar sua qualificação pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade. ■

Distribuição das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por condição de estudo e situação na ocupação (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. (1) Inclusive as pessoas que se declararam de cor ou raça indígena, amarela ou ignorada.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informativos

Projeto gráfico
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
RawPixel

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre a
pesquisa.

Nota Explicativa

Este informativo foi atualizado devido à alteração ocorrida na categoria **Concluiu curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério)**.

A construção da categoria "Concluiu curso técnico de nível médio ou curso normal (magistério)" usada no tema de Educação da PNAD Contínua estava incorreta, pois haviam sido considerados como concluintes aqueles que fizeram curso técnico de nível médio ou normal concomitante com o ensino médio e não haviam concluído com sucesso o curso técnico.

Com a alteração na categoria, os valores da tabela "Pessoas que frequentavam ou concluíram curso técnico de nível médio, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de estudante (%)" e do 9º parágrafo, ambos na página 11, foram corrigidos.

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE